

RESENHA DE LIVRO: *O LUGAR DO SABER*, DE MÁRCIA WAYNA KAMBEBA

Carla Lucilene Uhlmann¹

Elizabete Costa Suzart²

Renata Lourenço dos Santos³

KAMBEBA, Márcia Wayna. *O lugar do saber*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. Disponível em: <https://olma.org.br/wp-content/uploads/2020/06/olugardo-saber.pdf>. Acesso em 22 mai. 2023.

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de pesquisa 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix. Especialista em Teoria e Prática na Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2019). Licenciada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Atriz pelo SENAC São Paulo - SP (2006). Atuou como coordenadora de divulgação na L&PM Editores (2013-2019). Tem experiência na área de Artes com ênfase em Contação de Histórias e Teatro; e no Mercado Editorial. Interessa-se em pesquisas nas seguintes áreas: literaturas de língua portuguesa, literatura indígena, literatura de autoria feminina, poéticas orais, performance, contação de histórias, leitura, decolonialidade, representação, mercado editorial. Endereço eletrônico: carlinhauhlmann25@gmail.com.

2. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de pesquisa 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos e coorientação da Profa. Dra. Denise Silva. Mestra em Crítica Cultural pela UNEB (2020), graduada em Letras Lic. Plena com Hab. Port. Literaturas e Lin. Inglesa, pela mesma universidade (1994). Tem experiência na área de hotelaria e turismo, atuando no conceito de ecoturismo na região da Bahia. Dedica-se à pesquisa etnolinguística, junto ao povo Kariri-Xocó de Alagoas. Faz parte do GT Línguas de Sinais Indígenas (DILI/UNESCO). Faz parte do Laboratório de Literaturas e Línguas Indígenas (LALLI/UnB), como aluna convidada da Profa. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, no Programa de Pós-graduação em Linguística. É participante da Década Internacional das Línguas Indígenas (UNESCO), do Nordeste do Brasil. Endereço eletrônico: bsuzart17@gmail.com.

3. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de pesquisa 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix. Mestra em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, Campus Vitória da Conquista). Pós Graduada em Artes Visuais: Cultura e Criação pelo SENAC. Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, Campus Vitória da Conquista). Graduada em Letras (Centro Universitário Internacional- UNINTER). Além de lecionar, pesquisa e atua com comunicação em comunidades tradicionais do Brasil, especialmente no nordeste. Comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, territórios quilombolas. Foi produtora do Rádio Contos do São Francisco, que registrou histórias da beira do Rios São Francisco. Idealizadora do Espalha Semente, portal que reúne ações e atividades com indígenas, incluindo o Cine Kurumin, primeiro Festival de Cinema Indígena do Brasil. Pesquisa a produção cultural indígena, com destaques para a literatura, o audiovisual, o feminino e o nordeste. Endereço eletrônico: relou.santos@gmail.com.

[Recebido em: 10 out. 2023 – Aceito em: 30 out. 2023]

*E O "INDÍGENA" SE PERGUNTA: SEM MATA, ÁGUA, TERRA,
PARA ONDE EU VOU? SE ATÉ MEU SOLO SAGRADO O
"PROGRESSO" TOMOU.
Márcia Wayna Kambeba*

Quando se trata da escrita sobre povos indígenas e seu arcabouço intelectual, a autora Márcia Kambeba ocupa seu espaço de forma questionadora e direta. **Para onde os indígenas vão, se o progresso tomou suas terras?** Essa força está presente em todo livro *O lugar do saber*, lançado por Márcia Wayna Kambeba⁴ em 2020 pela editora Casa Leiria.

Autoria indígena feminina

Márcia Wayna Kambeba nasceu na comunidade Kambeba, localizada na região do Rio Negro, no estado do Amazonas. Pertencente à etnia Omágua/Kambeba, que vive por séculos de história e saberes transmitidos de geração em geração, ela cresceu imersa na cultura de seu povo, aprendendo desde cedo os valores, as tradições e os conhecimentos ancestrais que compõem a identidade Kambeba.

Com formação em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas, seu mestrado em geografia, título defendido em 2012⁵, foi uma das inspirações para a primeira publicação⁶, contendo poemas da sua dissertação.

Sua própria vivência como mulher indígena, a tornou uma voz forte e presente na defesa dos direitos dos povos indígenas, da educação contextualizada, da preservação ambiental e do fortalecimento das identidades culturais. Seus livros e publicações reúnem um vasto conteúdo sobre cultura e história indígenas.

4. Indígena com nome civil, Márcia Vieira da Silva, pertence ao povo Omágua/Kambeba no Amazonas, Alto Solimões. Nascida na Aldeia Belém do Solimões do povo Tikuna. É mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas, escritora, poeta, compositora, fotógrafa, ativista, faz palestras sobre a importância da cultura dos povos indígenas.

5. SILVA, Márcia Vieira da. Reterritorialização e identidade do povo Omágua- Kambeba na aldeia Tururucari- Uka. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3978/2/Disserta%20c3%a7%c3%a3o%20%20M%c3%a1rcia%20Vieira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 25 mai. 2023.

6. Título da obra: *Ay Kakyri Tama* 'Eu moro na cidade'.

Márcia Kambeba é uma escritora, poetisa e ativista reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Seus escritos e discursos são marcados pela busca de ressignificação dos estereótipos e preconceitos que envolvem a cultura indígena, bem como pela valorização da sabedoria ancestral presente nas comunidades indígenas.

Com trabalho autoral literomusical, em sua escrita ela articula música e poesia como proposta de instigar o pensar crítico-reflexivo para questões que por séculos esvaziaram o lugar do pensamento indígena, do intelectual que se reconhece na sua identidade étnica para fazer da caneta e do papel as ferramentas das lutas no século XXI.

A autora mergulha de cabeça – como num banho diário no rio –, nas suas ocupações de liderança e incansável pesquisadora, afinada ao seu olhar de ave de rapina (é fotógrafa) para trazer um laborioso trabalho que reúne a formação adquirida da tradição oral, adicionada ao alto domínio dos saberes teóricos e científicos adquiridos, “Os temas tratados pela autora são variados, por isso atraem o leitor e não o deixam parado” (Aloir Pacini, em prefácio, Kambeba, 2020, p. 11). Excerto do poema “Meu velho rio”:

Prossegue a nossa história,
Nosso ser precisa entender,
Que o rio nos ensina saberes
Que teimamos em desconhecer.
É no silêncio que o velho amigo,
Faz-se em encanto conhecer.

Prosa e verso

A obra está organizada com 41 textos em forma de poemas, apenas dois estão em prosa, assumindo a abertura e encerramento de uma conversa poética sobre assuntos tão centrais para os povos da floresta, como propõe o livro. Sem findar na característica de uma antologia: o sumário nos convida a saltar a ordem colocada, criando nossa própria sequência de leitura, podemos nos despartar de uma ordem sistemática. Pular de página não irá mudar a ordem de sentidos nos quais a escritora nos instiga.

Podemos refletir sobre a organização do livro, de fato, como um mergulho no rio, na prosa (das memórias, dos saberes, da introspecção, da descoberta de nós mesmos enquanto sujeitos pertencentes a um coletivo universal). Nas águas do rio mergulhamos e vivenciamos outras formas (poemas) de ser e estar no mundo. O enredo poético nos faz percorrer pela Mãe Natureza, nos fazendo enxergar o quão bela ela é, na cultura e nos elementos característicos do povo Omágua, mas algumas pessoas insistem em destruir a natureza com o tal do “progresso” transgressor. Quando emergimos das águas, saímos respirando novos ares, que é o fechamento das poesias para pisarmos em terra firme (prosa): “Território, identidade, memória e cultura dos povos da terra” (p. 62), que é o texto final da obra literária.

A narrativa é construída a partir de histórias que se tornam contos, experienciados pela autora em várias fases da sua existência, dentro e fora da aldeia, como é o caso do poema “Memórias de São Pedro do Olivença = AM (cidade onde cresci)” (p. 44), que a escritora relembra como era sua vida na comunidade. Ademais, no poema “Identidade” (p. 31), recorda com muita dor, de uma vivência na cidade grande, onde precisou cortar o cabelo para conseguir trabalho. Esses textos ganham tamanho e dimensão de acordo com a interpretação que se faz, ou melhor, com a imersão nessas memórias, com possibilidades de desdobramentos como uma conversa ao “pé da orelha”, entre autora e leitor para persuadir, trocar ideias e gerar as reflexões críticas para além das histórias narradas *sobre* indígenas.

MEMÓRIAS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA – AM (cidade onde cresci)

Nasci nas barrancas do Solimões,
 Cresci vendo borboletas aos milhões,
 Perto de casa uma goiabeira,
 Que apanhava e vendia lá nas freiras.

Cupuaçu, Tucumã, Mapati,
 Sinto falta de comer isso aqui,
 Sentada nas barrancas vendo o tempo passar,
 Pescando mandi para o tempo enrolar.
 (...)

IDENTIDADE

Minha indianidade,
Meu caminho na cidade,
Meus cabelos longos,
Carregam minha identidade.

Identidade que represento
Com clareza na afirmação,
Com orgulho na minha alma,
Resisto à negação.
(...)

É nesse ativismo que a autora arrasta consigo, pelas suas memórias, as águas do rio Solimões com seus sábios anciãos, carregando na sua grafia outros povos, como se os estivesse convocando para o bom combate; para estarem presentes como em grande roda, numa dança circular de pensamentos. É desta forma que ela lança o título, como flecha de ponta certa, para marcar o lugar do pensamento indígena. Assim, ela traça a sua territorialidade, espalhando signos, palavras e musicalidade nas estrofes com domínio de conteúdo, ritmo e rima.

Já no prefácio da obra, Kambeba vem ocupar o lugar da autoria indígena, a qual vinha sendo renegada (ou, pelo menos, não incentivada) aos povos do território tradicional, os quais de forma brilhante apresentam o gênero peculiar de escrita, carregado de cosmologia. Esta característica marcante precisava ser atravessada por sinais de interpretação *“para a nossa compreensão muitas vezes limitada e preconceituosa”*. Marcia Mayna Kambeba nos oferece nas 68 páginas a sua totalidade, corpo e alma, para o fazer autoral pelas memórias, de menina e mulher que nasceu em Belém do Alto Solimões, na Aldeia Tikuna. Levando em conta todas as formas de silenciamentos, em detrimento a diversos testemunhos, vivos, cujos tiveram à prova a dessubjetivização por mais de 500 anos – ela apresenta a identidade étnica, de pertença, na resistência pela existência dos saberes ancestrais, no modo de vida e de produzir a cultura, tradição e espiritualidade para o desmonte da ideologia antropocêntrica e lógica ocidental.

Assim como Kambeba é uma atuante escritora, podemos considerar que o início do movimento literário indígena começou entre a década de 70 e 80, do século XX. Eliane Potiguara foi precursora. Em 1975 ela publicou

o poema *Identidade indígena*. Já em 1980, outros indígenas também publicaram: *Antes o mundo não existia – mitologia dos antigos Desana-Kêhripôrã*, de Umusî Pârô Kumu (Firmino Arantes Lana) e Tôrâmu Kêhîri (Luiz Gomes Lana). Pai e filho conseguem realizar este sonho. Após esse período, outros indígenas começaram a ressignificar o arco e a flecha como elementos para dialogar com os não indígenas, utilizando o livro impresso como meio de levar e elevar o pensamento indígena para os grandes centros urbanos. A liderança, de reconhecimento internacional, Davi Kopenawa Yanomami, diz que quer flechar o coração dos homens brancos, com sua escrita, mas não para machucá-los, e sim, para acordá-los. Ailton Krenak (2020), outro pensador indígena com grande destaque dentro e fora do país, diz que não quer salvar os indígenas, com suas palavras, mas quer salvar a humanidade. E que humanidade é esta que pensamos ser?

A leitura do texto é esse convite que nos chega, como aquele banho indispensável, a qualquer hora como forma de entretenimento para nos deliciar: “Ngiã ta aiyagü tatüwa?” “vamos tomar banho no rio?” (Kambeba, 2020. p. 12). A autora transporta consigo as suas memórias para refrescar também as nossas e garantir o seu espaço de confidencialidade entre autor e leitor (quem escreve e quem lê) para – quem sabe –, lermos essa escrita nas suas entrelinhas? Kambeba traz essas memórias para transmitir ao leitor (transporta suas memórias para um novo espaço, o livro, querendo compartilhar também a sua história, a sua narrativa com os leitores), sutilmente, a sua formação étnica, levada com sua mãe-avó, Assunta, que mesmo desterritorializada, morando na cidade, segue com os usos e costumes Tikuna. Assim, a tradição oral é lembrada: “No ato do preparo ela ia me ensinando para que servia cada planta que utilizava e também a importância das defumações numa aula que fazia parte da constituição da minha identidade agora na cidade, mas sem perder meus costumes e os conhecimentos da aldeia” (p. 13-14).

De fato, a delonga de termos uma produção de autoria suigêneris, narrada por indígena, mulher, além de grande intelectual – dentre tantos outros indígenas escritores –, não desanimou ao público que sempre apostou na certeza que os saberes dos nossos originários um dia viria à tona, ainda que à conta-gotas, preencher o lado de cá, do nosso mundo

“branco” que urge por cores e formas diferenciadas de pintar e iluminar a natureza e as ideias.

A construção dos versos reporta saberes incutidos na mitologia que tudo transforma, dá sentido e explica; a água que corre da árvore não deixa de ser um pedaço da essência de “uma “índia” linda e formosa”, trazendo os odores de essências que em forma de perfumes exalam mundo à fora. Na sua cosmovisão, o canto do Uirapurú, um “encantado da floresta” que entoia cantos com “afinação fenomenal” para reverenciar Nhanderú e Nhandecy e harmonizar os humanos, sob o olhar vigilante de Yacy” (p. 16), é a forma mais doce de tratar o pensamento indígena. É de uma grandeza imensurável, a maneira de promover essa relação de equidade na humanização da natureza e avidez providencial da floresta em ter por todos os lados, olhos atentos de cuidado e delicadeza em ritualizar suas entidades. A autora empresta a voz para expor o próprio lamento da Mãe Terra como um prelúdio para um futuro autossustentável, no cuidado mútuo (p. 17). A terra é redimida por uma visão plena, originária e ela traz à tona que a transformação é feita por “mentes reais”; “A maldade não vem da terra [...] ela pertence a “Nós. Seres racionais” (p. 18).

O *“perspectivismo”* consente ao seu caráter o grande feito de transmitir os versos a seu modo indígena de ser. Cada linha escrita solta um grito na voz dos não humanos. A cosmologia indígena é chamada para encantar no mundo racional o que a ciência não explica. A autora mobiliza na sua criativa escrita todos os elementos que ganham corpo e forma no seu texto para juntos poderem construir discursos, prender a atenção do leitor na questão/problema e trazer à superfície reflexões. Ela interpreta elementos da sua pertença e cruza dados que evidenciam a relação indígena com a natureza para a construção da autoidentidade étnica: “A pena representa a liberdade, / Do ser, da identidade”; “Com suas penas e grafismos, / O indígena mostra que é mestre e doutor.” (p. 22). Desta forma, ela expressa seu sentimento de territorialidade, desde a resistência em manter-se uma

7. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. In: **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 347-349.

Kambeba/Omáguas⁸, – carregado no próprio nome artístico; pisa em “Chão Kambeba” (p. 25), articulando a força da resistência na cultura e língua silenciadas para tomar posse nos espaços da sociedade nacional e instituições de ensino, que também é território indígena.

Essa força e vigor, trabalhada também na estética do texto, fundamenta a intenção de exibir na escrita o vocabulário articulado na língua (da família Tupi-Guarani)⁹ para marcar esse território e lembrar a língua outrora silenciada (séc. XVIII)¹⁰: “Minha língua em silêncio ficou”. A autora assume a sua inscrição na língua viva. A obra explora o léxico indígena, contento a metalinguagem que faz dos textos um manancial para o leitor explorar o universo indígena, tanto no vocabulário quanto na cosmologia, a exemplo de “*Uyca Tyera*” ‘*Coração Forte*’ que elucida a uma interpretação de que se faz guerra por um outro ângulo, de resgate ancestral pela força do canto, do ritual da “caičuma”, articulando outros povos: “Nossos guerreiros viemos buscar”. A luta é travada utilizando ferramentas do não indígena: “Minha flecha é a palavra” e é nela que o devir da poeta e escritora mantém o seu “coração forte” (p. 26).

Outras questões de grande repercussão e diretamente ligadas à questão indígena, têm seu peso de grande relevância social, por afetarem drasticamente a toda a população planetária; as mudanças climáticas é uma das questões enfatizadas em forma de versos: “A inteligência humana”, destruidora: “Não parou de atacar, /A queimada e derrubada, Afetaram

8. Os Cambebas (ou Kambeba) são um grupo indígena que habita o médio rio Solimões, no estado brasileiro do Amazonas, mais precisamente nas Áreas Indígenas Barreira da Missão, Igarapé Grande, Jaquiri e Kokama. Seriam os supostos omáguas que os cronistas do século XVI encontraram na região (No Peru habitam terras próximas à capital, Lima). Sua principal característica era a deformação craniana, tornando-a em um formato de cone. Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Wikinativa/Cambeba>. Acesso 23 mai. 2023.

9. Mesmo não falando cotidianamente a língua materna, como ocorre entre os membros dessa etnia no Peru, os Kambeba no Brasil ainda dominam um importante vocabulário, pertencente à família Tupi-Guarani, em momentos formais de reuniões com os brancos, em alguns dias de aulas na escola das aldeias alguns mais velhos e lideranças falem um significativo vocabulário que eles identificam como Kambeba. (Conf. BONI & KAMBEBA, 1999.). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba>. Acesso em 23 mai. 2023.

10. Os Cambeba do Alto Solimões foram incorporados aos Ticunas por ocasião da demarcação das terras indígenas Ticuna, mas, hoje, estão iniciando um processo de afirmação étnica articulado pela OCAS com apoio dos Kambeba do médio Solimões. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba>. Acesso em 23 mai. 2023.

até o ar (...). A autora evidencia com análise crítica as mudanças climáticas e exploração da natureza, afirmando que: “O clima foi alterado” (p. 27).

No ato de erguer “Bandeira da paz” (p. 30), Kambeba recorre às memórias reais, dos tempos passados, dos ancestrais, que derramaram sangue, em detrimento da colonização: “Na cruz que nos tirou a paz. Surge a indagação: “Genocídio Cultural? / Não permitiremos jamais” (p. 30). Há uma contestação ao passado que não será mais repetido, pois a coletividade já sabe o que não se quer mais. Ela se autodeclara indígena em contexto urbano, sem, contudo, negar a sua origem (Ticuna/Kambeba), ainda que tipologicamente com traços marcados para o indígena e totalmente imbuídos no preconceito que, “vem feroz como jaguar” e afeta a vida indígena em seus mínimos detalhes, trazendo nostalgia do território: “Para aldeia quero voltar”; “Cantar na minha língua, Sem ser motivo de gozação.” (p. 32).

Há um chamado latente para um passeio que explora cosmologia, geografia e fenômeno da natureza. Como pode ser observado no texto “Pororoca” (p. 33) em que a autora detalha o fenômeno da Pororoca, mostrando a grandiosa força que a natureza promove através desse encontro, rio e mar, convocando as entidades das águas, *Miricy* e *Yara* para o domínio das águas por encantamento.

Na “Resistência Indígena” ela usa sua voz para desabafar, por sua ancestralidade, todo o mau praticado pelos colonizadores, “numa conversa estranha” por não compreenderem o jogo político por trás do projeto de invasão, exploração, dominação linguística e assimilação cultural; dizimação de corpos, “em nome de um Cristo que nunca conheceram”. (p. 34). Ficando assim registrado o repúdio ao eurocentrismo e suas promoções desnecessária com a imposição: “Sou indígena tenho alma” (35) que pela cultura e identidade se revela, “Contribuindo com a miscigenação”. A língua cantada é a identidade que fala: “Sou cultura, ancestralidade, / Sou sabedoria, eu sou pessoa”. Este poema faz prelúdio ao que segue, “Ancestralidade”. A autora convoca todos os povos e utiliza os signos cognatos dessa identidade, “Essa geração que vem do Norte”, fazendo o leitor entender com mais clareza o sentido de territorialidade. Para onde o indígena for, levará consigo a ancestralidade: “Ela é a força da identidade, / Na aldeia ou na cidade, / Nossa uka não se desfaz.»(p. 36). Nessa “Resistência Kokama”

ela revela seu devir: “Pela igualdade, / Pela cultura na cidade, / Pela arte que é milenar, / Unidos, Kokama, Kambeba, Tikuna / Vem! Mostra que és dono desse lugar” (p. 37). A retomada vem com tudo: língua, cultura, arte, território indígena (TI), educação diferenciada e continuada, mobilizada pelos movimentos indígenas.

No ambiente “Amazônico Chão”, a autora faz um apanhado na etnografia, no caboclo, ribeirinho do Solimões, que não aparece como o intruso, invasor, mas um ser da floresta que busca nela o abrigo e alimento; ela toma da mata os elementos necessários para fixar seu lar: maçaranduba, cedro, paxiúba, palha de urucari; apresenta o alimento recolhido da flora local: banana com chá de canela, açúcar da cana e alimentos preparados tradicionalmente na panela de barro. O trabalho de mutirão convoca a todas, da mais nova às mais velhas que “Cantando tecem sua história” (p. 40-41).

A nostalgia do lugar de origem faz a autora demarcar os dois mundos que traz a cena nas suas memórias para descrever as diferenças das comidas e modo de vida da aldeia de origem em “Memórias de São Paulo de Olivença-AM” (p. 44-45), mostrando a sua rotina, monotonia e tradição das festas juninas. Em contraponto, Kambeba mostra o seu traço arteiro, trazido no texto que segue, “A dança carrega cultura”; apresenta uma consciência de dança como arte, na cultura e na espiritualidade que segue ao toque do tambor (africano) e danças tradicionais com enlace intercultural: “Que do povo Negro veio / Entre tantas danças o frevo, samba, Capoeira, pagode, maracatu, afoxé” (p. 46). A relação interétnica marca presença indígena no carimbó e maculelê que contemplam no corpo as artes ancestrais.

A autora levará o leitor ao mercado “Ver-o-Peso”, em Belém do Pará, propagando cultura, crença, saberes: “Ver-o-Peso de todos os cheiros, / De todos os gostos, / Essa riqueza tem aqui” (p. 47). Partindo daí, segue o texto que promove o “Verde Mundo” e nesse trocadilho de palavras, se discute questões indígenas, ainda atuais, como a destituição territorial e desaculturação; a exploração da natureza mudou o verde da floresta: “Mexeu com a cor do universo, / Até o clima se alterou.” (p. 48).

Conclusão

O lugar do saber, usado como material didático em ambiente escolar, é basilar para garantir direitos, como a lei nº 11.645/2008, torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. A obra é uma riqueza que reúne sabedorias, canto, modo de vida e pensamento indígenas. Sua estrutura permite que os textos/versos sejam trabalhados com as diversas faixas etárias e, principalmente, com alunos dos Anos Finais (6º ao 9º) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (1º ao 3º ano), dependendo apenas dos passos necessários para a leitura, promovidos pelo professor. O gosto pela leitura pode ser ainda mais sugestivo se houver a relação de interesse que desperte o desejo de mais leitores em descobrir nas narrativas indígenas um gênero que circula e atravessa o universo do não indígena.

Por séculos, a literatura cedeu ao indígena um lugar apenas de personagem, colocando-os sempre em último plano, do subjugado e renegado de várias formas. Portanto, é chegada a hora e a vez de protagonizar com as centenas de publicações que vêm surgindo e sendo, merecidamente, apreciadas pelos leitores. Isto vem a constatar que o que limita, ainda, os escritores indígenas é apenas a oportunidade e incentivo para a publicação.

Por outro lado, a materialidade virtual que o livro encontrou formas de ganhar o mundo foi por intermédio da Casa Leiria, e organizado pelo Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), pertencente a Província dos Jesuítas do Brasil! Ora, sabemos que desde o século XVI, com a vinda dos colonizadores europeus para este território, os jesuítas foram responsáveis pela catequização dos povos indígenas. O embate travado entre as culturas causou muitos danos e mortes que reverberam até hoje, infelizmente. De todo o processo histórico dolorido, talvez essas organizações estejam tentando reparar o mal que fizeram com esses povos. Mas é sempre oportuno enxergar além com olhos de lince.

Kambeba é mais uma que insere na sua escrita a desconstrução do etnocídio, ressurgindo das sombras frescas da floresta para abrasar o espírito e o coração dos que se deleitam a uma boa história, ao conto e à poesia,

sem perder de vista todos os percalços encontrados ao longo do caminho para, enfim, encontrar o seu lugar de escritora, artista, mestra, ativista e tantos outros adjetivos que a constitui um ser na sua completude de dizer muitas coisas em poucas palavras.